

fundamento, critério de verdade e finalidade do conhecimento. Segundo, por não constituir seu objeto como produto da atividade subjetiva, como real, objetivo, material, resultado último do “modo de levar a vida” — ou, como cita Minayo, do mundo dos símbolos, dos significados, da subjetividade e da intencionalidade, ou seja, por considerar o objeto às margens da subjetividade humana, fora da sua atividade. Terceiro, pelo limite conceitual, que não possibilita considerar o homem não-racional e histórico.

A escolha do método de pesquisa, no campo da Medicina Social, não se fundamenta, portanto, em critérios teóricos, mas em critérios práticos, os quais a experiência das próprias pesquisas tenderia a superar. Mas, e acima de tudo, pela “escolha” do referencial teórico, ela em si ideológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KOSIK, K., 1976. *Dialética do Concreto*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, K. & ENGEL, F., 1991. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 8ª ed., São Paulo: Hucitec.
- ROSEN, G., 1979. *Da Polícia Médica à Medicina Social*. Rio de Janeiro: Graal.
- VAZQUEZ, A. S., 1977. *Filosofia da Práxis*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Luiz Fernando Dias Duarte

Departamento de Antropologia, Museu Nacional Universidade Federal do Rio de Janeiro

Se, como quer o melhor pensamento antropológico, nenhum fenômeno pode ser compreendido fora do contexto de que emerge, não há por que se surpreender que um debate rigoroso sobre as estratégias de pesquisa e a forma de conhecimento sobre o social enverede por vias diferentes dentro da Escola Nacional de Saúde Pública e dentro de um programa de pós-graduação em Antropologia Social como aquele a que pertencemos. Ambas as instituições devem responder a desafios que fazem aguçar tal ou qual outro instrumento. E é do conhecimento mútuo dessas justas lides locais que uma percepção verdadeiramente mais abrangente das Ciências Humanas pode brotar.

É, assim, fascinante verificar a produtividade

do debate entre “método quantitativo” e “método qualitativo” que a convivência entre estatísticos e antropólogos pode suscitar numa instituição que recorta sua identidade por um referente empírico concreto (a saúde), para cujo conhecimento (ou compreensão) específico convoca-se um amplo leque de saberes. Em meu Programa, a identidade é dada pela unidade (ainda que relativa) do saber, só então demandado à aplicação de algum objeto. Em situação, colorem-se de tons algo distintos as nossas — sob outro ponto de vista universais — querelas metodológicas ou epistemológicas.

Não é um vão recurso retórico dizer que a Antropologia ao mesmo tempo recusa e opera com a dicotomia entre o “quantitativo” e o “qualitativo”. Com efeito, se não há nenhuma desvalorização dos dados quantitativos nas estratégias de apreensão antropológica dos fenômenos sociais, a sua produção caracteriza-se classicamente pelo privilégio à qualidade. Ocorre, porém, que esse privilégio, mais do que metodológico, é epistemológico, ou seja, colore a própria constituição dos objetos de conhecimento, antes que se possa cogitar a melhor maneira de captá-los ou expressá-los. O privilégio da “qualidade” é, na verdade, o privilégio do “sentido”. As estratégias quantificantes ou matematizantes, por um lado, e aquelas de registro e análise de impressões pessoais num caderno de campo, por outro, podem ser faces de uma mesma moeda heurística, se a postulação da questão que se dirige ao que é mensurado ou percebido é suficientemente crítica e controlada. Crítica e controle do conhecimento antropológico significam, acima de tudo, comparar e relativizar, telescopizar o fenômeno no seu contexto, e o contexto, por sua vez, no conjunto de contextos acessíveis à experiência etnográfica.

O texto do Minayo & Sanches evoca muito claramente esta dimensão constitutiva do **sentido** na Antropologia ao tratar do “método qualitativo” e de sua dívida para com a tradição romântico-hermenêutica alemã. Efetivamente, boa parte de sua história desenvolveu-se sob a inspiração deste *Verstehen* que a reação à redução iluminista pela explicação fez suscitar e florescer. Ela é, sem dúvida alguma, o que de mais polar se pode reconhecer ante a atitude positivista. E, na medida em que — na tradição

mais geral das Ciências Humanas — a mensuração e a quantificação são a pedra de toque do positivismo, compreende-se que os autores tenham polarizado a comparação, economizando a referência a outras posições, dentro da própria Antropologia, que contribuíram para o privilégio do **sentido**, sem manifestarem todas as características de epistemologia romântica, aí bem evocada.

Seria talvez oportuno evocar, assim, ao lado da linhagem de Dilthey, a de Marcel Mauss, que, companheiro e partícipe do empreendimento de Durkheim, pôde libertar, em parte, a herança deste último de seus pesados compromissos positivistas e legar a uma boa fração da moderna Antropologia essa preciosa compreensão da sociedade e da cultura como “língua-gem”, ou seja, como “sistema simbólico”, como estrutura de significação. As estratégias epistemológicas desta tradição — muito diferenciadas entre si, sob outros ângulos — diferenciam-se fundamentalmente das que enfatizam a linhagem de Dilthey pela preservação de um estatuto “realista, em última instância, do mundo social (sobretudo em Lévi-Strauss) e pela recusa à intuição e à subjetividade como fundamentos do conhecimento (embora sejam caminhos ou mediações necessárias e indispensáveis ao processo). Por outra via, no entanto, também nesta tradição, pôde-se aceder (sobretudo em Louis Dumont) à “idéia de devir no conceito de cientificidade” — através de uma radical telescopiação da própria cultura ocidental moderna e de seu modo de fazer sentido. Efeitos homólogos, sob um terceiro prisma de inspiração, produziu, no seio do empirismo inglês, a obra desafiadora de E. E. Evans-Pritchard.

O que é certo, porém — através do bom desafio do texto de Minayo & Sanches e destas minhas evocações complementares —, é que o grande espaço de dissensões epistemológicas contemporâneas não comporta mais a atitude estreita de desqualificação *a priori* dos enfoques “qualitativistas”, que tão longamente atravancou o diálogo entre os antropólogos e seus colegas sociólogos, estatísticos, economistas, epidemiólogos, psiquiatras, engenheiros, etc. (ou mesmo entre algumas e diferentes “escolas” antropológicas). Hoje talvez saibamos — melhor que no prepotente século XIX — que nossos frágeis

saberes sempre são relativos (pelo menos em relação à cultura que os enseja) e que a dicotomia epistemológica entre um saber que vai ao real (e que pode aspirar, portanto, a uma sua **medida** certa) e outro que o constrói ou instaura parece ser um horizonte permanente de nossas possibilidades. Afinal, assim se apresenta desde nossa multimilenar apropriação de Platão *versus* Aristóteles até a reencenação, comparativamente tão recente, na polêmica sobre a realidade última do mundo físico entre Einstein e Niels Bohr. Também sabemos que, seja qual for o princípio epistemológico adotado ou a postura metodológica seguida, será necessário proceder com um misto de rigor e imaginação, de tenacidade e humor, de disposição e desconfiância.

Nisso espera-se que se dêem as mãos a ciência social que se pode fazer na Ensp, em meu Programa e em toda e qualquer outra parte.

Célia Leitão

Departamento de Ciências Sociais

Escola Nacional de Escola Pública, Fiocruz

O texto de Sanches & Minayo traz enormes contribuições para todos nós que atuamos na área da saúde. A saúde coletiva, principalmente, sempre se apoiou na segurança dos grandes números para validar os eventos e fenômenos a ela relacionados: epidemias, cálculo de população sob determinado risco, eficácia de medicamentos, etc. Mas há muito tempo se discute, no chamado campo biomédico, que saúde e doença são eventos que ocorrem em corpos de pessoas, e que são tais pessoas que “falam” sobre suas condições de normalidade ou anormalidade. Quando não são elas, alguém, a partir de algum lugar — em geral a partir da ordem médica, ou da ordem do Estado, ou da ordem da classe —, é que fala em nome delas ou por elas. Os clássicos estudos de Canguilhem, Boltanski e Foucault inauguraram as discussões para o melhor entendimento dessas questões.

Entretanto, a aceitação epistemológica de que só a biologia — através da prática médica — não explica o fenômeno saúde/doença tampouco dá conta de que estes estudos estão a salvo dos tropeços metodológicos que têm a ver com a subjetividade e a objetividade das análises.